



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 777/2013

Altera a Lei nº 12.194, de 8 de junho de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.194, de 8 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 779/2013

Altera a Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Provopar – Ação Social do Município de Campo Largo, com sede e foro no Município de Campo Largo.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Provopar – Ação Social do Município de Campo Largo, com sede e foro no Município de Campo Largo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2014.

ALEXANDRE CURY
Presidente

Relator *9/10/14 08:06*



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



ANTEPROJETO DE LEI 72/2013

Súmula: Cria 02 (dois) cargos de provimento efetivo, de nível superior, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, para compor o Grupo Ocupacional Superior, os seguintes cargos:

I – 01 (um) cargo efetivo de Médico;

II - 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Civil;

Parágrafo único. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º. A investidura nos cargos efetivos de que tratam o artigo 1º dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

Art. 4º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados por esta Lei corresponde aos valores constantes nas tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

Art. 5º. Os cargos criados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º. A progressão na carreira dos cargos criados por esta Lei dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a criação de 02 (dois) cargos de provimento efetivo, para compor o Grupo Ocupacional Superior, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo 01 (um) de médico e 01 (um) de engenheiro civil.

Visa a presente proposta suprir as necessidades decorrentes do constante aumento da demanda dos serviços do Ministério Público junto à sociedade, a par da necessidade de qualificar tecnicamente a atividade ministerial em áreas de especial relevância.

Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na Lei nº 15.913/2008 (dispõe sobre a implementação da remodelação e ampliação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça), *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação"*.

Com relação à proposta de criação do cargo de provimento efetivo de médico (01), convém esclarecer que atuará junto ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública, prestando apoio técnico mediante elaboração de pareceres em procedimentos cíveis e criminais referentes, por exemplo, a tratamentos e fornecimento de medicamentos, órteses e próteses, por estabelecimentos públicos e privados, a atuação dos respectivos profissionais de saúde, a crimes contra a saúde pública e atividades correlatas. Atuará, por igual, nos assuntos ligados ao NUCRISA – Núcleo de Repressão aos Crimes contra a

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Saúde Pública, da Polícia Civil do Estado do Paraná, nas questões de conflitos entre pacientes e familiares de pacientes atendidos pelo SUS – Sistema Unificado de Saúde, com a equipe médica que os atendam, bem como em diligências e inspeções regulares em casas de saúde, clínicas e hospitais, intermediação para solucionar problemas de vagas em leitos hospitalares e em procedimentos oriundos do Conselho Superior do Ministério Público.

No tocante à proposta de criação do cargo de provimento efetivo de engenheiro civil (01), resulta da verificação da sua necessidade, para compor a Divisão de Edificações e Instalações, do Departamento de Infraestrutura da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, serviço de coordenação e supervisão das construções de sedes e subsedes do Ministério Público, na Capital e no Interior¹, criado em razão da vantajosidade funcional e econômica de se ter setor próprio com tal finalidade, atuando desde a fase de elaboração dos projetos até a ocupação do imóvel, bem como na manutenção, reforma e adaptação dos já existentes, vistorias, assessoramento nas questões atinentes à aquisição de matérias e equipamentos, contratação de serviços específicos etc.

Ressalte-se já ter feito parte de levantamento da demanda respectiva, integrando inclusive proposta anterior que, em sua versão originária, previa a criação de 02 (dois) cargos de engenheiro civil e que acabou à altura recortada (para 01 – um), após discussão no Colégio de Procuradores de Justiça, diante do expressivo conjunto da estrutura funcional então encaminhada e que acabou devidamente aprovada. Como a aludida demanda não só se mantém como, progressivamente, se incrementa, nesse específico setor administrativo e a dificuldade persiste², aproveita-se o envio desta mensagem referente ao cargo de médico (que, aliás, já havia constado de deliberação do Colegiado, embora pendente de formalização) para resgatar aquela pretensão originária. Limita-se a esses 02 (dois) postos funcionais diante da disponibilidade econômica, a seguir ponderada.

Conforme cálculos realizados pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas (cf. Informação nº 022/2013), o

¹ Especialmente em decorrência da transferência do imóvel descrito no Decreto Governamental nº 7.094, de 28.01.2013 e consequente construção de prédio para abrigar nova sede do Ministério Público, com endereço na Rua Mal. Hermes nº 820, próxima à atual que se localiza na mesma rua, sob o nº 751.

² Cita-se, como exemplo, o registrado na nota anterior.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir, a partir de julho de 2013 (com o provimento dos novos cargos a partir da homologação do resultado do concurso), o montante de R\$ 16.758,84 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), corresponde a um acréscimo mensal de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento), tendo referida despesa, estimada em; no máximo, R\$ 110.044,68 (cento e dez mil, quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), para o exercício de 2013³, na hipótese de provimento dos cargos a partir do mês de julho de 2013, previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.398, de 28.12.2012), conforme Informação nº 234/13, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 235/13) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, para o exercício de 2013, será de 0,0015% (zero vírgula zero zero um cinco por cento) em relação à receita corrente líquida prevista, fixando-se com este acréscimo em 1,675% (um vírgula seiscentos e setenta e cinco por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 26 de fevereiro próximo passado.

³ Para os exercícios de 2014 e 2015 a previsão da despesa com estes cargos é de R\$ 256.272,82 (duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da criação de 02 (dois) cargos de provimento efetivo, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, para compor o Grupo Ocupacional Superior, objeto do Anteprojeto de Lei ora encaminhado, apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 (Lei nº 17.398, de 28.12.2012), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 09 de junho de 2012 (LDO).

Curitiba, 04 de março de 2013.

Gilberto Giacoia
Procurador Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 355/13-GAB

Curitiba, 04 de março de 2013.

02
07

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR 2013

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 11/03/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que cria 02 (dois) cargos de provimento efetivo, de nível superior, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoia

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 2383
EM 07/03/13
FUNCIONÁRIO

14:45 12/03/2013 001733 MP ASSMELIA

Recebido 07/03/13
Petr



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 072/2013

Projeto de Lei nº 072/13

Autor: Ministério Público

Súmula: Cria 02 (dois) cargos de provimento efetivo, de nível superior, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: CRIA CARGOS NO QUADRO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. FUNÇÃO DE MÉDICO E ENGENHEIRO CIVIL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa suprir as necessidades decorrentes da falta de profissional devidamente habilitado para exercer a função de Médico, bem como de Engenheiro Civil, com suas atividades a serem determinadas pelo Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição Estadual, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.
(grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, **'propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira'**. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de leis nessas matérias"¹.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

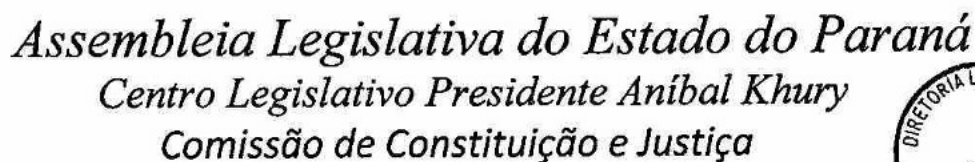
No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que está sendo apresentado Declaração de adequação orçamentária, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º 95/98.

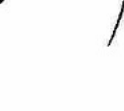


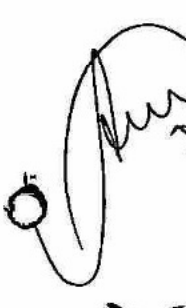
Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.


Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR




 Des. Tadeu

 Des. Pastor

 Des. Pericles

 Des. João

 Des. ...
 Praça Nossa Senhora

A PROVADO

14/04/14

A PROVADO

14104114



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 72/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Ministério Público – Ofício nº 335/2013, que cria 02 (dois) cargos de provimento efetivo, de nível superior, sendo 01 (um) cargo efetivo de Médico e 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Civil, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o parecer favorável que foi devidamente aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná visa suprir as necessidades decorrentes do constante aumento da demanda dos serviços do Ministério Público.

Assevera o autor que, conforme cálculos realizados pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir, a partir de julho de 2013, o montante de R\$16.758,84 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), tendo referida despesa, estimada no máximo, R\$110.044,68 (cento e dez mil, quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), para o exercício de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

2013, na hipótese de provimento dos cargos a partir do mês de julho de 2013.

Encontra-se anexo a proposta a declaração do ordenador de despesas, Senhor Dr. Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça, informando que a proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 (Lei nº 17.398, de 28.12.2012), compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 09 de junho de 2012 (LDO).

Por fim, esclarece o autor que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

06/05/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR

Dep. Elcio

Dep. Edson
Dep. Elcio
Dep. Waldyr



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 204/2014

Altera a Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Traça-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de retificação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública de acordo com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 104/2014

Projeto de Lei nº. 104/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: ERRO NA GRAFIA DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.611/2010 – CORREÇÃO DA PALAVRA MATERIAL PARA MATERNAL – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo corrigir a grafia da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 16.611/2010. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende corrigir a palavra "Material" para a palavra "Maternal".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

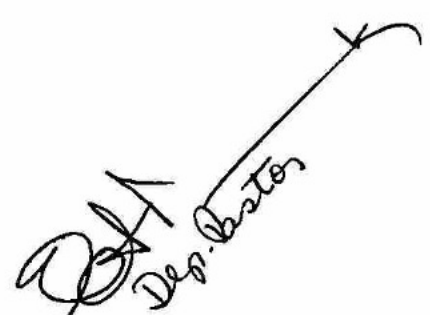
PRESIDENTE

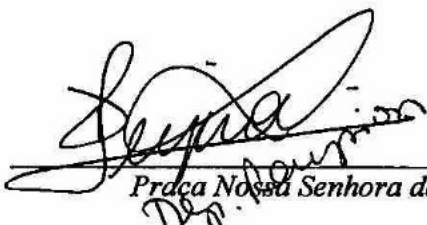

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR

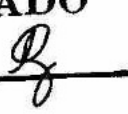

Dep. Carli


Dep. Durini


Dep. Pastor


Dep. Moura


Dep. Lúcio

APROVADO
25.03/14 

Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Henrique


Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 104/2014

De acordo com o que determinam o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 104/2014, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 16.611, de 22 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Maternal de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.03.14